



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE	
PARTE B	<p>ASSEMBLEIA NACIONAL:</p> <p><i>Secretária Geral:</i></p> <p>Extrato de contrato de trabalho n.º 42/2018:</p> <p>Contratando Admir Francisco de Jesus Mendes Almeida, para exercer as funções de pessoal de apoio operacional nível II, ex-assistente administrativo do Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, do quadro do pessoal de Assembleia Nacional. 1544</p>
PARTE C	<p>CONSELHO DE MINISTROS:</p> <p>Resolução n.º 43/2018:</p> <p>Dá por finda a comissão de serviço de Rita de Carvalho Oliveira Ramos Oliveira Martins, no cargo de Diretora-Geral dos Registos, Notariado e Identificação. 1544</p> <p>Resolução n.º 44/2018:</p> <p>Nomeia Anilda Pereira da Veiga para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Diretora-Geral dos Registos, Notariado e Identificação. 1544</p> <p>Resolução n.º 45/2018:</p> <p>Nomeia Antónia Maria Resende Cardoso, para exercer o cargo de Auditora Interna do Instituto Nacional de Previdência Social. 1544</p> <p>CHEFIA DO GOVERNO:</p> <p><i>Secretária geral do Governo:</i></p> <p>Extrato do despacho n.º 1359/2018:</p> <p>Nomeando Tereza Cristina Brazão Mendes de Pina, licenciada em Línguas Estrangeiras-Francês e Inglês, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de assessora especial do Primeiro-Ministro 1544</p> <p>Retificações n.º 101/2018:</p> <p>Retificando os extratos dos despachos n.ºs 1333/2018 e 1334/2018, de S. Ex.ª o Primeiro Ministro, de 1 e 8 de agosto de 2018, referente as nomeações de Livia Maria Nobre de Moraes Querido Semedo e Adélice Margarida Moniz Moreno da Fonseca, publicada de forma inexata no <i>Boletim Oficial</i> II Série, n.º 54, de 17 de setembro de 2018. 1545</p> <p>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:</p> <p><i>Direção Nacional da Administração Pública:</i></p> <p>Extrato do despacho n.º 1360/2018:</p> <p>Aposentando Ana Maria Santos Tavares, apoio operacional nível I, do quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo. 1545</p>

Extrato do despacho nº 1361/2018:	
Fixando Pensão de Sobrevivência de Maria de Fátima Galvão Gonçalves Duarte, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Luís Augusto de Pedro Clever Ferreira Duarte.	1545
Extrato do despacho nº 1362/2018:	
Aposentando, António Tomar, ex-professor, do quadro de pessoal do Ministério de Educação.	1545
Extrato do despacho nº 1363/2018:	
Aposentando João Carlos Lopes Teixeira, primeiro subchefe da Polícia Nacional, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna.	1545
Extrato do despacho nº 1364/2018:	
Aposentando Adalberto Santos Coelho, superintendente geral da Polícia Nacional, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna.	1545
Extrato do despacho nº 1365/2018:	
Aposentando João Domingos Batista Gomes de Pina, superintendente geral da Polícia Nacional, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna.	1546
Extrato do despacho nº 1366/2018:	
Pré aposentando Miguel Pereira Neves, agente principal da Polícia Nacional, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna.	1546
Extrato do despacho nº 1367/2018:	
Pré aposentando Maria Manuela Rodrigues Centeio Mendes, agente de primeira classe, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna.	1546
Extrato do despacho nº 1368/2018:	
Pré aposentando Celestino dos Ramos Miranda, comissário da Polícia Nacional, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna.	1546
Extrato do despacho nº 1369/2018:	
Pré aposentando João Celso da Rosa Vicente, subchefe principal da Polícia Nacional, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna.	1546
Extrato do despacho nº 1370/2018:	
Pré aposentando, Maria Filomena do Nascimento Lima Rodrigues Araújo, médica principal sénior, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde e da Segurança Social.	1546
Extrato do despacho nº 1371/2018:	
Fixando Pensão de Sobrevivência de Aldina Marize Querido da Silva Bastos Gomes, na qualidade de cônjuge sobrevivente e mãe representante dos filhos menores de José Rui Semedo Gomes.	1546
Extrato do despacho nº 1372/2018:	
Aposentando, Edmar Rosa da Cruz Rocha, escrivão de direito nível II, do quadro de Pessoal do Concelho Superior da Magistratura Judicial.	1547
Extrato do despacho nº 1373/2018:	
Aposentando Olinda Sanches da Silva Lopes, apoio operacional nível I, do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Praia.	1547
Extrato do despacho nº 1374/2018:	
Aposentando, Joaquim Nazolino Pereira Vaz, apoio operacional nível III, do quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Santa Catarina.	1547
Extrato do despacho nº 1375/2018:	
Aposentando Elísio Vieira Mendes, comissário da Polícia Nacional, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna.	1547
Extrato do despacho nº 1376/2018:	
Aposentando João Francisco de Brito Santos, superintendente da Polícia Nacional, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna.	1547
Extrato do despacho nº 1377/2018:	
Aposentando, Margarida Rocha Monteiro, ex-jornaleira, do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e Ambiente.	1548
<i>Direção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:</i>	
Extrato do despacho nº 1378/2018:	
Nomeando Décio Ilmar Martins dos Santos Carvalho, licenciado em Direito, para exercer as funções de Diretor de Serviço de Defesa Patrimonial, em comissão ordinária de serviço, da Direção Geral do Património e de Contratação Pública.	1548
Extrato do despacho nº 1379/2018:	
Nomeando Ivandre das Dores Fernandes, licenciado em Contabilidade e Administração e pós-graduado em Gestão das Instituições Financeiras, para exercer as funções de Diretor de Serviço de Gestão Patrimonial, em comissão ordinária de serviço, da Direção Geral do Património e de Contratação Pública.	1548
Extrato do despacho nº 1380/2018:	
Acorda mutuamente a prorrogação, por mais 1 (um) ano, da cedência especial da funcionária, Libéria das Dores Antunes Brito, para exercer as funções no Departamento de Desenvolvimento Empresarial da Câmara de Comercio de Sotavento.	1548
Extrato do despacho nº 1381/2018:	
Nomeando Osvaldo Mendes Semedo, em comissão ordinária de serviço, para exercer as funções de condutor auto de S. Ex.ª o Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.	1548

Extrato do despacho nº 1382/2018:

Dando por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Kily Samaá Borges Martins no cargo de Director de Serviço dos Sistemas de Informação, Documentação e Conhecimento da Administração Pública. 1548

Extrato do despacho nº 1383/2018:

Nomeando definitivamente no quadro da Direcção Nacional de Receitas do Estado do Ministério das Finanças, no cargo de inspetor tributário, José Nataniel Silva dos Santos, licenciado em Gestão Bancária..... 1548

Extrato do despacho nº 1384/2018:

Autorizando a reclassificação de Maria da Conceição Varela Borges, quadro da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, técnico verificador tributário de segunda, para a categoria de inspetora tributária. 1548

Extrato do despacho nº 1385/2018:

Nomeando definitivamente no quadro da Direcção Nacional de Receitas do Estado, no cargo de inspetora tributária, Maria de Fátima Moreira Furtado, licenciada em Ciências Comerciais Opção - Gestão. 1548

Extrato do despacho nº 1386/2018:

Concedendo licença sem vencimento pelo período de 1 (um), ao funcionário Carlos Alberto Gonçalves Sanches Semedo, inspetor tributário, do quadro da Direcção Nacional de Receitas do Estado. 1549

Extrato do contrato de trabalho nº 43/2018:

Contratando a termo, Ana Lina Ramos Tavares, licenciada em Gestão, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetora tributária. 1549

Extrato do contrato de trabalho nº 44/2018:

Contratando a termo, Antero Eduardo Fernandes Gonçalves, pós-graduado em Economia, Área de Concentração em Engenharia de Negócios, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetor tributário. 1549

Extrato do contrato de trabalho nº 45/2018:

Contratando a termo Cláudia Daniela Correia de Carvalho, licenciada em Engenharia de Informática e Telecomunicações, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetora tributária. 1549

Extrato do contrato de trabalho nº 46/2018:

Contratando a termo Carlos António Cardoso Teixeira, licenciado em Contabilidade e Administração – Ramo Administração e Controlo Financeiro, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetor tributário. 1549

Extrato do contrato de trabalho nº 47/2018:

Contratando a termo Carlos Luís Tavares Martins, licenciado em Contabilidade e Administração – Ramo Auditoria, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetor tributário. 1549

Extrato do contrato de trabalho nº 48/2018:

Contratando a termo Denilo Nascimento Lopes, licenciado em Computação - Ramo Ensino, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetor tributário. 1549

Extrato do contrato de trabalho nº 49/2018:

Contratando a termo Ederlina de Jesus Silva Tavares, licenciada em Ciências Empresariais e Organizacionais – Percurso Contabilidade, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetora tributária. 1549

Extrato do contrato de trabalho nº 50/2018:

Contratando a termo Ederlindo Semedo Ramos, Licenciado em Engenharia Informática e de Computadores –Percurso Programação de Sistemas de Informação, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de Inspetor Tributário referência 14, escalão A, na Direcção Nacional de Receitas do Estado (DNRE), do Ministério das Finanças. 1549

Extrato do contrato de trabalho nº 51/2018:

Contratando a termo Erinne Cibelle Fonseca dos Santos, licenciada em Contabilidade e Administração – Ramo Administração e Controlo Financeiro, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetora tributária. 1549

Extrato do contrato de trabalho nº 52/2018:

Contratando a termo Irlando Gomes Correia, licenciado em Gestão, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetor tributário. 1549

Extrato do contrato de trabalho nº 53/2018:

Contratando a termo Ivan Vlademir Lopes Martins, licenciado em Contabilidade e Administração - Ramo Controlo Financeiro, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetor tributário. 1549

Extrato do contrato de trabalho nº 54/2018:

Contratando a termo Liliana Cacilda Mota Costa, licenciado em Contabilidade e Administração – Ramo Administração e Controlo Financeiro, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetora tributária. 1550

Extrato do contrato de trabalho nº 55/2018:

Contratando a termo, Sónia Monteiro Fernandes, licenciado em Gestão, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetora tributária. 1550

MINISTÉRIO DA DEFESA:**Gabinete do Ministro:****Despacho n.º 11/2018:**

Autorizando a realização de despesas com a aquisição de fardamento e equipamento operacional para as Forças Armadas..... 1550

Despacho n.º 12/2018:

Delegando no Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, as competências para a celebração do contrato de compra e venda relativa à aquisição de material de equipamento e fardamento para as Forças Armadas..... 1550

Extrato do despacho nº 1387/2018:	
Promovendo o Tenente-coronel João Rodrigues da Silva, por distinção, ao posto de Coronel.....	1551
Extrato do despacho nº 1388/2018:	
Promovendo, Tenente-coronel António Jorge Silva Rocha e Tenente-coronel Armindo Alcides Garcia de Sá Nogueira Miranda, por escolha, ao posto de Coronel.....	1551
Comando do Pessoal das Forças Armadas:	
Extrato do despacho nº 1389/2018:	
Transitando para a situação de reforma extraordinária, Ângelo Monteiro Spinola, sargento-principal, nível “II”, índice “469”.....	1551
Extrato do despacho nº 1390/2018:	
Transitando para a situação de reforma extraordinária, Fredson Rogério Monteiro Martins, sargento RC, nível “I”, Índice “216”.....	1551
Extrato do despacho nº 1391/2018:	
Transitando para situação de reforma do sargento-mor na reserva, Constantino Neves Tavares.....	1551
Extrato do despacho nº 1392/2018:	
Transitando para situação de reforma do sargento-mor na reserva, Oteldino da Costa Alves, nos termos dos Estatutos dos Militares.....	1551
Extrato do despacho nº 1393/2018:	
Transitando para situação de reforma do coronel, César Augusto Couto Rodrigues, nos termos dos Estatutos dos Militares.....	1551
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:	
Direção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:	
Extrato do despacho nº 1394/2018:	
Nomeando Jandira dos Santos Cardoso Vieira para exercer em regime de substituição, o cargo de notária chefe, nível II, no Cartório Notarial de Santa Catarina de Santiago.....	1551
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA:	
Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:	
Extracto de despacho n.º 1395/2018:	
Exonerando das suas funções, a seu pedido, Domingas Cardoso Andrade, técnico nível I, da Direção Geral Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna.....	1551
Direção Nacional da Polícia Nacional:	
Extracto de despacho n.º 1396/2018:	
Promovendo o agente de 1ª classe da Polícia Nacional, Nataniel Francez Silva, para o posto de Chefe de Esquadra da Polícia Nacional.....	1551
Aviso n.º 20/2018:	
Citando Manuel Jorge Gonçalves Lopes, agente de 1.ª classe da Polícia Nacional, ausente na parte incerta dos Estados Unidos da América para, no prazo de 45 (quarenta e cinco dias), apresentar, querendo, a sua defesa escrita no Processo Disciplinar por abandono de lugar.....	1551
MINISTÉRIO DO TURISMO E TRANSPORTES:	
Direção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão:	
Retificações nº 102/2018:	
Retificando o despacho conjunto de S. Ex.ª o Ministro do Turismo e Transportes e S. Ex.ª o Ministro das Finanças, publicado de forma inexata no <i>Boletim Oficial</i> nº 24, II Série, de 6 de abril, atribuindo o Estatuto de Utilidade Turística de Funcionamento a Empresa de Desporto Náutico “SURF M&D KITE”.....	1552
Retificações nº 103/2018:	
Retificando o despacho conjunto de S. Ex.ª o Ministro do Turismo e Transportes e S. Ex.ª o Ministro das Finanças, publicado de forma inexata no <i>Boletim Oficial</i> nº 37/2018, II Série, de 14 de junho, referente a atribuição do estatuto de utilidade turística de Remodelação ao Estabelecimento “HOTEL BOA VISTA”.....	1552
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE:	
Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão:	
Extrato do despacho nº 1397/2018:	
Nomeando Ethel Fernandes Rodrigues, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Directora de Gabinete de S. Ex.ª o Ministro da Agricultura e Ambiente.....	1552
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:	
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto	
Despacho n.º 5/GSEAE/2018:	
Acredita e regista o ciclo de estudos de Mestrado em Auditoria no Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE), no ano académico 2018/2019.....	1552
Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:	
Extracto de despacho n.º 1398/2018:	
Promovendo Arlindo Lopes Tavares, Deolinda Suzete Lopes Martins, João Manuel Dias Pinto, José Avelino Rodrigues de Pina, Julião Moreira Evangelista Barros, Lídia Maria Araújo de Brito, Mario da Lomba Lopes e Vicência Nascimento Delgado, para categorias que se indicam.....	1553
Extracto de despacho n.º 1399/2018:	
Rescindindo o contrato de Célia de Jesus da Cruz Andrade, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação do Concelho da Ribeira Grande de Santiago.....	1554
Extracto de despacho n.º 1400/2018:	
Autorizando o regresso ao quadro de origem de Joaquim Soares Moreira, quadro do pessoal da Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos.....	1554
Extracto de despacho n.º 1401/2018:	
Prorrogando, licença sem vencimento a Roscelino Eduardo Borges dos Santos, professor do ensino secundário, nível III, quadro do pessoal do Centro Educativo Miraflores.....	1554

Extracto de despacho n.º 1402/2018:

Prorrogando, licença sem vencimento de Sara Cristina Ferreira, Carlos Alberto Varela Cabral, Ana Cristina Correia Lima e Ranine Silva Delgado, quadros de pessoal da Delegação do Ministério da Educação do Concelho da Praia e Escolas Secundárias que se indicam; E concedendo licença sem vencimento a Zenaida Maria de Pina Fernandes Costa da Rosa, em exercício de funções na Direção Nacional de Educação e Ambrósio Sanches Furtado, quadro do pessoal da Delegação do Ministério da Educação do Concelho de São Miguel. 1554

Extracto de despacho n.º 1403/2018:

Dando por findo por conveniência de serviço a comissão ordinária de serviço, de António Costa, professor do ensino secundário, nível I, nas funções de Diretor da Escola Secundária Chão Bom. 1554

Extracto de despacho n.º 1404/2018:

Dando por findo por conveniência de serviço a comissão ordinária de serviço de Cecílio Semedo Cabral e Antero Conceição Monteiro Fernandes, quadros do pessoal das Escolas Secundárias, nas funções que se indicam. 1554

Extracto de despacho n.º 1405/2018:

Prorrogando licença sem vencimento, a Cesário Janine Dias Gomes Leite, Heitor Quintino Pires Gomes, Eduardo Adilson Camilo Pereira, Luiza Gomes Teixeira; E concedendo licença sem vencimento a Maria Helena de Pina Barros, Eduardo Gomes de Pina Fernandes, Ana Maria Semedo Lima Tango, Emanuel Mendes Monteiro e Adilson Mendes Ramos, quadros de pessoal da Delegação do Ministério da Educação e Escolas Secundárias, que se indicam. 1554

Extracto de despacho n.º 1406/2018:

Concedendo, licença sem vencimento a Adilson Moacha Teixeira, quadro do pessoal da Delegação do Ministério da Educação do Concelho dos Mosteiros. 1555

Extracto de despacho n.º 1407/2018:

Dando por findo a seu pedido a comissão ordinária de serviço, de Avelino Monteiro Varela, professor do ensino secundário, nível III, nas funções de Diretor da Escola Secundária Cónego Jacinto. 1555

Comunicação n.º 47/2018:

Comunicando que Aristides Herminio Furtado Vaz, que se encontra de licença sem retribuição por um período de três meses, retomou as suas funções a partir do dia 1 de setembro do corrente ano. 1555

Retificação n.º 104/2018:

Retificando o despacho publicado no *Boletim Oficial* n.º 44, II Série de 1 de setembro de 2017, referente a licença sem vencimento de Lucialina da Luz Delgado Monteiro. 1555

MINISTÉRIO DA SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL:

Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão:

Extrato do despacho conjunto n.º 1408/2018:

Concedendo licença sem vencimento a Tomas Alves de Só Valdez, medico assistente sénior, do quadro de pessoal da Direção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social para o exercício de funções em Organismo Internacional, neste caso na Organização Mundial da Saúde (OMS). 1555

Extrato do despacho n.º 1409/2018:

Nomeando, Krísia Hélène Ramos Delgado, médica geral, do quadro de pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, em comissão de serviço para exercer o cargo de Delegada de Saúde de Boavista. 1555

Extrato do despacho n.º 1410/2018:

Destacando, Ilídio Bade de Jesus Monteiro Santos Costa, enfermeiro geral, do quadro de pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, em serviço na Delegacia de Saúde do Porto Novo, para exercer as suas funções no Hospital Dr. Agostinho Neto. 1555

Extrato do despacho n.º 1411/2018:

Concedendo, Carla Cristina Monteiro Teixeira Fortes, técnica nível I, contratada do Hospital Dr. Agostinho Neto, licença sem vencimento para formação. 1555

Extrato do despacho n.º 1412/2018:

Concedendo, Catarina Vaz Correia, apoio operacional nível II, contratada na Delegacia de Saúde da Praia, licença sem vencimento até 3 anos. 1555

Extrato do despacho n.º 1413/2018:

Concedendo, Paulo Jorge Mendes Gomes, apoio operacional nível III, contratado no Hospital Regional Dr. Santa Rita Vieira, licença sem vencimento até 3 anos. 1555

Extrato do despacho n.º 1414/2018:

Emitindo o parecer da Comissão de Verificação da Incapacidade de Sotavento, referente ao funcionário da Electra Sul, Braz da Veiga Gonçalves. 1555

PARTE G

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL:

Câmara Municipal:

Extrato do despacho n.º 1415/2018:

Promovendo o técnico do quadro definitivo da Câmara Municipal de São Miguel, João Gomes Duarte, técnico sénior, nível I para técnico sénior, nível II. 1556

Extrato do despacho n.º 1416/2018:

Nomeando Anila Maria Correia Rodrigues, técnica, nível II, quadro desta Câmara Municipal, pós-graduada em Gestão de Empresas, como Directora da Unidade de Gestão de Aquisições (UGA) da técnica, nível II, em comissão de serviço, por urgente conveniência de serviço, como Directora da Unidade de Gestão de Aquisições (UGA). 1556

PARTE I 1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:

Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão:

Retificação n.º 105/2018:

Retificando o anuncio de concurso externo, publicado no *Boletim Oficial* n.º 54, II Série de 17 de setembro de 2018, referente a recrutamento e seleção de professores para os ensinos básico e secundário. 1556

PARTE B**ASSEMBLEIA NACIONAL****Secretária Geral****Extrato de contrato de trabalho a termo certo nº 42/2018****De 31 de agosto de 2018**

Admir Francisco de Jesus Mendes Almeida, contratado ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 67º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional; conjugado com o nº 1 e alínea b) do nº 2 do artigo 39º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de dezembro; nºs 1 e 3 do artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho; nºs 1 e 3 do artigo 6º, alínea a) do nº 1 do artigo 62º e alínea c) do nº 1 e nº 4 do artigo 6, alínea a) do nº1 do artigo 62º e alínea b) do nº 1 e nº3 do artigo 63º do Decreto- Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, e artigo 360º, alínea b) e f) do nº 2 do artigo 361º e artigo 369º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro, para exercer as funções de pessoal de apoio operacional nível II, ex-Assistente Administrativo do Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, referencia 6, escalão A, do quadro do pessoal de Assembleia Nacional, por substituição, de 21 de julho a 18 de outubro de 2018.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.03 do orçamento privativo da Assembleia Nacional. – (Isento de visto do Tribunal de Contas nos termos do artigo 39º de Lei nº 4/VI/2001, de 17 de dezembro).

Secretária-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 4 de setembro de 2018. – A Secretária-Geral, *Marlene Brito Barreto Almeida Dias*.

PARTE C**CONSELHO DE MINISTROS****Resolução nº 43/2018****de 25 de setembro**

Ao abrigo do disposto na alínea d) do nº 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro; e

Nos termos do nº 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Fim de comissão

É dada por finda a comissão de serviço de Rita de Carvalho Oliveira Ramos Oliveira Martins, no cargo de Diretora-Geral dos Registos, Notariado e Identificação.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 6 de setembro 2018.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 13 de setembro de 2018.

O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

Resolução nº 44/2018**de 25 de setembro**

Ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 93.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho, repristinado pelo artigo 2.º da Lei n.º 1/IX/2016, de 11 de agosto, conjugado com o nº 1 do artigo 23.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro; e

Nos termos do nº 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeada Anilda Pereira da Veiga para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Diretora-Geral dos Registos, Notariado e Identificação.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 6 de setembro 2018.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 13 de setembro de 2018.

O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

Resolução nº 45/2018**de 25 de setembro**

Ao abrigo do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 40/2014, de 11 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 50/2016, de 10 de outubro; e

Nos termos do nº 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeada Antónia Maria Resende Cardoso para exercer, por mandato com duração de três anos, o cargo de Auditora Interna do Instituto Nacional de Previdência Social.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a 1 de setembro de 2018.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 13 de setembro de 2018.

O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

o**CHEFIA DO GOVERNO****Secretária Geral do Governo**

Extrato do despacho nº 1359/2018 - De S. Ex^a o Primeiro Ministro:

De 9 de julho:

Nos termos do artigo 5º e alínea c) do nº 1 do artigo 6º do Decreto-lei nº 49/2014, de 10 de setembro, conjugados com artigo 17º do Decreto-lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro, e o artigo 97º, da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de julho, é nomeada, Tereza Cristina Brazão Mendes de Pina, licenciada em Línguas Estrangeiras-Francês e Inglês, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de assessora especial do Primeiro-Ministro, com efeitos a partir do dia 16 de julho de 2018.

As despesas resultantes têm cabimento na rubrica 02.01.01.01.01 - Pessoal do quadro especial do Gabinete do Primeiro Ministro.

Retificação nº 101/2018

Foi publicada de forma inexacta no *Boletim Oficial* II Série, nº 54, de 17 de setembro de 2018, os extratos dos despachos nºs 1333 e 1334/2018, de S. Ex.^a o Primeiro Ministro de 1 e 8 de agosto de 2018, referente as nomeações de Livia Maria Nobre de Moraes Querido Semedo e Adélice Margarida Moniz Moreno da Fonseca, pelo que novamente se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

(...) é nomeada, Livia Maria Nobre de Moraes Querido Semedo, para em comissão de serviço desempenhar as funções de Assessora Especial do Primeiro Ministro.

Deve se ler:

É nomeada, Livia Maria Nobre de Moraes Querido Semedo, para em comissão de serviço desempenhar as funções de Assessora Especial do Primeiro Ministro, com efeitos a partir de 20 de agosto de 2018.

Onde se lê:

(---) é nomeada, Adélice Margarida Moniz Moreno da Fonseca, para em comissão de serviço desempenhar as funções Secretária do Primeiro Ministro.

Deve se ler

(---) é nomeada, Adélice Margarida Moniz Moreno da Fonseca, para em comissão de serviço desempenhar as funções Secretária do Primeiro Ministro, com efeitos a partir do dia 20 de agosto.

Direção dos Recursos Humanos e Assuntos Gerais da Chefia de Governo, na Praia, aos 18 de setembro de 2018. – A Diretora, *Ana Maria dos Santos Monteiro*.

—o—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção Nacional da Administração Pública

Extrato do despacho nº 1360/2018 – De S. Ex.^a a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 6 de junho de 2018:

Ana Maria Santos Tavares, apoio operacional nível I, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo – desligada de serviço para efeitos de aposentação antecipada, nos termos do artigo 13º do Decreto Lei nº 1/2017, de 12 de Janeiro, com direito a pensão anual de 190.140\$00 (cento e noventa mil, cento e quarenta escudos), sujeita a retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º da Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma:

Orçamento da CMSC..... 139.812\$00

Por despacho de 10.04.2017 do Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 25 anos, 05 meses.

O montante em dívida no valor de 251.625\$00 (Duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco escudos), poderá ser amortizado em 500 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 628\$00 e as restantes de 503\$00.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 02.07.01.01.01 do Orçamento Municipal.

Orçamento Municipal CMSSM..... 50.328\$00

Por despacho de 17 de abril de 2017 do Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 3 anos.

O montante em dívida no valor de 34.200\$00 (trinta e quatro mil, duzentos escudos), poderá ser amortizado em 120 prestações mensais e consecutivas, de 285\$00.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 02.07.01.01.01, do Orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 4 de setembro de 2018).

Extrato do despacho nº 1361/2018 – De S. Ex.^a a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, conjugado com os nºs 3, 4, e 5 do artigo 19º do Decreto Legislativo nº 2/95, de 20 de junho:

De 25 de junho de 2018:

Maria de Fátima Galvão Gonçalves Duarte, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Luís Augusto de Pedro Clever Ferreira Duarte, ex-aposentado, falecido à 22 de junho de 2018, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º da Lei nº 61/III/89 de 30 de dezembro, uma pensão de sobrevivência no valor de a 340.296\$00 (trezentos e quarenta mil, duzentos e noventa e seis escudos) anuais, conforme a discriminação seguinte:

Viúva:

Maria de Fátima Galvão Gonçalves Duarte..... 340.296\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 22 de junho de 2018, nos termos do artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 31 de agosto de 2018).

Extrato do despacho nº 1362/2018 – De S. Ex.^a a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 29 de junho de 2018:

António Tomar, ex-professor, do quadro de pessoal do Ministério da Educação, tendo desempenhado a função de Ex. Deputado da Nação, aposentado, nos termos da alínea b) nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 992 004\$00 (novecentos e noventa e dois mil e quatro escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 20 anos, 8 meses e 17 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 13 de outubro de 2016 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 11 anos, 11 meses e 13 dias.

O montante em dívida no valor de 199 733\$00 (cento e noventa e nove mil setecentos e trinta e três escudos), poderá ser amortizado em 144 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 534\$00 e as restantes de 1 393\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 4 de setembro de 2018).

Extrato do despacho nº 1363/2018 – De S. Ex.^a a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 2 de julho de 2018:

João Carlos Lopes Teixeira, primeiro subchefe da Polícia Nacional referência 5, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna, concedido pré aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com a alínea b) nº 1 do artigo 65º do Decreto Legislativo nº 8/2010, de 28 de Setembro, com direito à pensão provisória anual de 952 227\$00 (novecentos e cinquenta e dois mil duzentos e vinte e sete escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, conjugado com o Decreto-lei nº 31/2017, de 7 de julho, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É revisto o despacho do então Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência do então Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Boletim Oficial* nº 36 de 14 de julho de 2016.

Extrato do despacho nº 1364/2018 – De S. Ex.^a a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 2 de julho de 2018:

Adalberto Santos Coelho, superintendente da Polícia Nacional, referência 13, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Administração

Interna, exercendo em comissão de serviço as funções de Diretor Nacional Adjunto para a Área Operativa, concedido pré aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com a alínea b) nº 1 do artigo 65º do Decreto Legislativo nº 8/2010, de 28 de Setembro, com direito à pensão provisória anual de 2 154 513\$00 (dois milhões cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e treze escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, conjugado com o Decreto-lei nº 31/2017, de 7 de julho, com correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É revisto o despacho do então Director Nacional da Administração Pública por delegação do então Secretário de Estado da Administração, publicado no *Boletim Oficial* nº 22 de 12 de maio de 2016.

Extrato do despacho nº 1365/2018 – De S. Exª a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 2 de julho de 2018:

João Domingos Batista Gomes de Pina, superintendente geral da Polícia Nacional, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna, exercendo em comissão de serviço as funções de Diretor Nacional da Polícia Nacional, concedido pré aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com a alínea b) nº 1 do artigo 65º do Decreto Legislativo nº 8/2010, de 28 de Setembro, com direito à pensão provisória anual de 2 509 167\$00 (dois milhões quinhentos e nove mil cento e sessenta e sete escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, conjugado com o Decreto-lei nº 31/2017 de 7 de julho, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É revisto o despacho do então Director Nacional da Administração Pública por delegação do então Secretário de Estado da Administração, publicado no *Boletim Oficial* nº 27 de 3 de junho de 2016.

Extrato do despacho nº 1366/2018 – De S. Exª a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 3 de julho de 2018:

Miguel Pereira Neves, agente principal da Polícia Nacional, referência 3, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna, concedido pré aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com a alínea b) nº 1 do artigo 65º do Decreto Legislativo nº 8/2010, de 28 de Setembro, com direito à pensão provisória anual de 769 500\$00 (setecentos e sessenta e nove mil e quinhentos escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, conjugado com o Decreto-lei nº 31/2017 de 7 de julho, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É revisto o despacho do então Director Geral da Administração Pública por subdelegação de competência do então Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Boletim Oficial* nº 65 de 15 de dezembro de 2014.

Extrato do despacho nº 1367/2018 – De S. Exª a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 3 de julho de 2018:

Maria Manuela Rodrigues Centeio Mendes, agente de primeira classe, referência 2, escalão D, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna, concedido pré aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com a alínea a) nº 1 do artigo 65º do Decreto Legislativo nº 8/2010, de 28 de setembro, com direito à pensão provisória anual de 735 552\$00 (setecentos e trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta e dois escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, conjugado com o Decreto-lei nº 31/2017, de 7 de julho, correspondente a 23 anos e 1 mês de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É revisto o despacho do então Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças, publicado no *Boletim Oficial* nº 17 de 6 de abril de 2017.

Extrato do despacho nº 1368/2018 – De S. Exª a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 3 de julho de 2018:

Celestino dos Ramos Miranda, comissário da Polícia Nacional, referência 9, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna, concedido pré aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com a alínea a) nº 1 do artigo 65º do Decreto Legislativo nº 8/2010, de 28 de Setembro, com direito à pensão provisória anual de 1 227 924\$00 (um milhão duzentos e vinte e sete mil novecentos e vinte e quatro, escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, conjugado com o Decreto-lei nº 31/2017, de 7 de julho, correspondente a 31 anos, 10 meses e 7 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É revisto o despacho do então Director Geral da Administração Pública por delegação de competência do então Secretário de Estado da Administração, publicado no *Boletim Oficial* nº 16, de 19 de março de 2013.

Extrato do despacho nº 1369/2018 – De S. Exª a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 3 de julho de 2018:

João Celso da Rosa Vicente, subchefe principal da Polícia Nacional, referência 6, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna, concedido pré aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com a alínea a) nº 1 do artigo 65º do Decreto Legislativo nº 8/2010, de 28 de Setembro, com direito à pensão provisória anual de 956 220\$00 (novecentos e cinquenta e seis mil duzentos e vinte escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, conjugado com o Decreto-lei nº 31/2017 de 7 de julho, correspondente a 30 anos, 4 meses e 8 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É revisto o despacho de S. Exª o Ministro das Finanças publicado no *Boletim Oficial* nº 44, de 31 de agosto de 2016.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 12 de setembro de 2018).

Extrato do despacho nº 1370/2018 – De S. Exª a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 11 de julho de 2018:

Maria Filomena do Nascimento Lima Rodrigues Araújo, médica principal sénior, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde e da Segurança Social, aposentada, nos termos do nº 1 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 3 942 360\$00 (três milhões novecentos e quarenta e dois mil trezentos e sessenta escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extrato do despacho nº 1371/2018 – De S. Exª a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 16 de julho de 2018:

Aldina Marize Querido da Silva Bastos Gomes, na qualidade de cônjuge sobrevivente e mãe representante dos filhos menores: Helder Amílcar Bastos Semedo e Jussara Helena Bastos Semedo herdeiros hábil de José Rui Semedo Gomes, falecido à 12 de agosto de 2017, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, uma pensão de sobrevivência no valor de 145.440\$00 (cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta escudos) anuais, conforme a discriminação seguinte:

Viúva:

Aldina Marize Querido da Silva Bastos Gomes, 72.720\$00

Filhos menores:

Helder Amílcar Bastos Semedo 36.360\$00

Jussara Helena Bastos Semedo 36.360\$00

Por despacho de 26 de maio de 2017 do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 1 ano, 9 meses e 10 dias.

O montante em dívida no valor de 39.933\$00 (trinta e nove mil, novecentos e trinta e três escudos), poderá ser amortizado em 10 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.236\$00 e as restantes de 1.342\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 12 de agosto de 2017, nos termos do artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extrato do despacho nº 1372/2018 – De S. Exª a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 17 de julho de 2018:

Edmar Rosa da Cruz Rocha, escrivão de direito nível II, do quadro de pessoal do Conselho Superior da Magistratura Judicial, exercendo em comissão de serviço as funções de Secretário Judicial do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, aposentado, nos termos do nº 1 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 1 865 688\$00 (um milhão e oitocentos e sessenta e cinco mil seiscientos oitenta e oito escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma conjugado com o nº 2 do artigo 71º do Decreto Lei nº 33/2017, de 25 de Julho, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 7 de maio de 2018 do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 2 anos.

O montante em dívida no valor de 76 440\$00 (setenta e seis mil quatrocentos e quarenta escudos), poderá ser amortizado em 24 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3 185\$00 e as restantes de 3 185\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 31 de agosto de 2018).

As despesas têm cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Extrato do despacho nº 1373/2018 – De S. Exª a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 17 de julho de 2018:

Olinda Sanches da Silva Lopes, apoio operacional nível I, do quadro de pessoal do Câmara Municipal da Praia, aposentada, nos termos do nº 1 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 180.000\$00 (cento e oitenta mil escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma:

Orçamento do Estado95.292\$00

Por despacho de 20.05.2017 do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 8 anos, 9 meses e 20 dias.

O montante em dívida no valor de 95.100\$00 (noventa e cinco mil, cem escudos), poderá ser amortizado em 106 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 600\$00 e as restantes de 900\$00.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Orçamento Municipal da Praia.....84.708\$00

Por despacho de 3 de julho de 2018 do Presidente da Câmara da Praia, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 8 anos, 4 meses de serviço.

O montante em dívida no valor de 120.000\$00 (cento e vinte mil escudos), poderá ser amortizado em 150 prestações mensais e consecutivas de 800\$00.

A despesa tem cabimentação na rubrica 03.13.30 pensão e aposentação do orçamento vigente da câmara Municipal da praia.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 24 de agosto de 2018).

Extrato do despacho nº 1374/2018 – De S. Exª a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 23 de julho de 2018:

Joaquim Nazolino Pereira Vaz, apoio operacional nível III, da Câmara Municipal de Santa Catarina – desligado de serviço para efeitos de aposentação antecipada, nos termos do artigo 13º do Decreto Lei nº 1/2017, de 12 de Janeiro, conjugado com o Decreto Lei nº 1/2013, de 4 de janeiro, com direito a pensão anual de 344.124\$00 (trezentos e quarenta e quatro mil, cento e vinte e quatro escudos), sujeita a rectificação, calculada em conformidade com o artigo 37º da Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, correspondente a 30 anos e 5 meses e 5 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma:

Orçamento do Estado181.344\$00

Por despacho de 13 de junho de 2018 do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 15 anos e 14 dias.

O montante em dívida no valor de 227.052\$00 (duzentos e vinte e sete mil, cinquenta e dois escudos), poderá ser amortizado em 143 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 988\$00 e as restantes de 1.592\$00.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Orçamento Municipal de Santa Catarina162.780\$00

Por despacho de 6 de junho de 2017 do Presidente da Câmara de Santa Catarina, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 14 anos e 6 meses.

O montante em dívida no valor de 299.280\$00 (duzentos e noventa e nove mil, duzentos e oitenta escudos), poderá ser amortizado em 400 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 828\$00 e as restantes de 748\$00.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 02.07.01.01.01 do Orçamento Municipal.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 4 de setembro de 2018).

Extrato do despacho nº 1375/2018 – De S. Exª a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 7 de agosto de 2018:

Elísio Vieira Mendes, comissário da Polícia Nacional, referência 9, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna, que exercia em comissão de serviço as funções de Diretor de Gabinete Jurídico da Polícia Nacional, concedido pré aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com a alínea b) nº 1 do artigo 65º do Decreto Legislativo nº 8/2010, de 28 de Setembro, com direito à pensão provisória anual de 1.477.512\$00 (um milhão quatrocentos e setenta e sete mil quinhentos e doze escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É revisto o despacho da então Directora - Geral da Administração Pública por subdelegação de competência do então Secretário de Estado da Administração, publicado no *Boletim Oficial* nº 29 de 31 de maio de 2013.

Extrato do despacho nº 1376/2018 – De S. Exª a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 8 de agosto de 2018:

João Francisco de Brito dos Santos, superintendente da Polícia Nacional referência 12, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna, concedido pré-aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de aposentação e da pensão de sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89 de 30 de dezembro, conjugado com a alínea d) do artigo 70º do decreto Legislativo nº 8/2010, de 28 de setembro, com direito à pensão provisória anual de 1 531 920\$00 (um milhão quinhentos e trinta e um mil novecentos e vinte escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É revisto o despacho do então Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Boletim Oficial* nº 34 de 10 de setembro de 2008.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 12 de setembro de 2018).

Extrato do despacho nº 1377/2018 – Da Directora de Serviço de Segurança Social por subdelegação de competências do Director Nacional da Administração Pública, ao abrigo da Lei nº. 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 18 de maio de 2018:

Margarida Rocha Monteiro, ex-jornaleira do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e Ambiente, aposentada, nos termos da alínea b) nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 72.000\$00 (setenta e dois mil escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 19 anos e 1 dia de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 11 de abril de 2018 do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 17 anos, 8 meses e 2 dias.

O montante em dívida no valor de 190 860\$00 (cento e noventa mil oitocentos e sessenta escudos), poderá ser amortizado em 214 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 864\$00 e as restantes de 892\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 15 de junho de 2018).

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, na Praia, aos 27 de agosto de 2018. — A Secretária de Estado Adjunta, *Edna Oliveira*.

Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do despacho nº 1378/2018 – De S. Ex.^a o Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças:

De 18 de julho de 2018:

Décio Ilmar Martins dos Santos Carvalho, licenciado em Direito, é nomeado, em comissão ordinária de serviço, para exercer as funções de Director de Serviço de Defesa Patrimonial, da Direção Geral do Património e de Contratação Pública, nos termos do nº 1 e 2 do artigo 33º do Decreto-lei nº 59/2014, de 4 de novembro, conjugado com a alínea a) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e os artigos 56º e 57º do Decreto-lei nº 28/2018, de 24 de maio.

O encargo tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – Pessoal do Quadro – Direção Geral do Património e da Contratação Pública – Ministério das Finanças. – (Visado pelo Tribunal de Contas a 6 de setembro de 2018).

Extrato do despacho nº 1379/2018 — De S. Ex.^a o Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças:

De 18 de julho de 2018:

Ivandre das Dores Fernandes, licenciado em Contabilidade e Administração e pós-graduado em Gestão das Instituições Financeiras, é nomeado, em comissão ordinária de serviço, para exercer as funções de diretor de serviço de gestão patrimonial, da Direção Geral do Património e de Contratação Pública, nos termos do nº 1 e 2 do artigo 33º do Decreto-lei 59/2014, de 4 de novembro, conjugado com a alínea a) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e os artigos 56º e 58º do Decreto-lei nº 28/2018, de 24 de maio.

O encargo tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – Pessoal do Quadro – Direção Geral do Património e da Contratação Pública – Ministério das Finanças. – (Visados pelo Tribunal de Contas a 6 de setembro de 2018).

Extrato do despacho nº 1380/2018 — De S. Ex.^a o Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças:

De 22 de agosto de 2018:

Considerando que o regime de mobilidade dos funcionários da Administração Pública, previsto no Decreto-lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, visa assegurar o aproveitamento racional dos efetivos e o desengestionamento sectorial ou global da AP.

Considerando, ainda, a especial relevância social dos serviços prestados pela Câmara de Comércio de Sotavento (CSS), pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública, cujo objetivo primordial é

a defesa e proteção dos interesses dos seus membros, promoção e desenvolvimento das atividades económicas nacionais, em particular nos domínios da Indústria, Comércio, Agricultura e Serviços.

Em conformidade com disposto no artigo 14º do Decreto-lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, é acordado mutuamente a prorrogação, por mais 1 (um) ano, da cedência especial da funcionaria, Libéria das Dores Antunes Brito, para exercer as funções no Departamento de Desenvolvimento Empresarial da Câmara de Comercio de Sotavento (CSS).

Extrato de despacho nº 1381/2018 – De S. Ex.^a o Secretário de Estado Adjunto das Finanças, no uso da competência delegada, ao abrigo do despacho nº 37/2018, de 15 de maio, de S. Ex.^a o Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças:

De 1 de agosto de 2018:

Oswaldo Mendes Semedo, é nomeado em comissão ordinária de serviço, para exercer as funções de condutor auto de S. Ex.^a o Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, nos termos do artigo 4º e 7º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de setembro, artigo 97º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de julho, alterado pela Lei nº 1/IX/2016, de 11 de agosto, conjugado com alínea b) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro, com efeito a partir de 1 de julho de 2018.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato do despacho nº 1382/2018 — De S. Ex.^a o Secretário de Estado Adjunto das Finanças, no uso da competência delegada por S. Ex.^a o Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças:

De 30 de Agosto de 2018:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Kily Samaá Borges Martins Cardoso, técnica de nível I, do quadro do Ministério da Saúde e da Segurança Social, no cargo de Director de Serviço dos Sistemas de Informação, Documentação e Conhecimento da Administração Pública, na Direção Nacional da Administração Pública, Ministério das Finanças, ao abrigo da alínea g) do nº 2, do artigo 31º do Decreto-lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a contar de 1 de outubro de 2018.

Extrato do despacho nº 1383/2018 – De S. Ex.^a o Secretário de Estado Adjunto das Finanças:

De 5 de junho de 2018:

José Nataniel Silva dos Santos, licenciado em Gestão Bancária, aprovado no concurso de ingresso, no âmbito do processo de recrutamento e seleção, através da Bolsa de Competências do Concurso de Inspectores, para a Direção Nacional de Receitas do Estado, do Ministério das Finanças, é nomeado definitivamente no quadro, da respectiva Direcção Nacional, no cargo de inspetor tributário, referência 14, escalão A, nos termos da alínea c) dos artigos 28º e 29º ambos do Decreto-Lei nº 73/95, de 21 de novembro, repristinado pelo Decreto-Lei nº 56/2017, de 6 de dezembro, artigos 10º e 15º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro, conjugado com o artigo 13º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato do despacho nº 1384/2018 – De S. Ex.^a o Secretário de Estado Adjunto das Finanças:

De 5 de junho de 2018:

No âmbito de recrutamento e seleção de 15 (quinze) inspetores, através da Bolsa de Competências, para a Direcção Nacional de Receitas do Estado, do Ministério das Finanças, é autorizada a reclassificação da Maria da Conceição Varela Borges, quadro da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, técnico verificador tributário de segunda, referência 11, escalão A, para a categoria de inspetora tributária, referência 14, escalão A, nos termos do nº 1 e 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Extrato do despacho nº 1385/2018 – De S. Ex.^a o Secretário de Estado Adjunto das Finanças:

De 5 de Junho de 2018:

Maria de Fátima Moreira Furtado, licenciada em Ciências Comerciais Opção - Gestão, aprovada no concurso de ingresso, no âmbito do processo de recrutamento, através da Bolsa de Competências do Concurso de Inspectores, para a Direcção Nacional de Receitas do Estado, do Ministério das Finanças, é nomeada definitivamente

no quadro, da respetiva Direção Nacional, no cargo de inspetora tributária, referência 14, escalão A, nos termos da alínea c) dos artigos 28º e 29º ambos do Decreto-Lei nº 73/95, de 21 de novembro, repriminado pelo Decreto-Lei nº 56/2017, de 6 de dezembro, artigos 10º e 15º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro, conjugado com o artigo 13º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato do despacho nº 1386/2018: — Do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, no uso da competência delegada, ao abrigo do Despacho nº 38/2018, de S. Ex.ª o Secretário de Estado das Finanças, de 16 de Junho:

De 18 de setembro de 2018:

É concedido licença sem vencimento pelo período de 1 (um), ao funcionário Carlos Alberto Gonçalves Sanches Semedo, inspetor tributário 14/A, do quadro da Direção Nacional de Receitas do Estado, ao abrigo do nº 1 do artigo 48º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, com efeitos a partir do dia 1 de Novembro de 2018.

Extrato de contrato de trabalho a termo nº 43/2018

De 5 de junho de 2018

Ana Lina Ramos Tavares, licenciada em Gestão, é contratada a termo, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetora tributária, referência 14, escalão A, na Direção Nacional de Receitas do Estado do Ministério das Finanças, nos termos do nº 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro, conjugado com o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato de contrato de trabalho a termo nº 44/2018

De 5 de Junho de 2018

Antero Eduardo Fernandes Gonçalves, pós-graduado em Economia, Área de Concentração em Engenharia de Negócios, é contratado a termo, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de Inspetor Tributário, referência 14, escalão A, na Direção Nacional de Receitas do Estado, do Ministério das Finanças, nos termos do nº 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007 de 16 de outubro, conjugado com o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato de contrato de trabalho a termo nº 45/2018

De 5 de junho de 2018

Cláudia Daniela Correia de Carvalho, licenciada em Engenharia de Informática e Telecomunicações, é contratada a termo, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetora tributária, referência 14, escalão A, na Direção Nacional de Receitas do Estado, do Ministério das Finanças, nos termos do nº 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro, conjugado com o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato de contrato de trabalho a termo nº 46/2018

De 5 de Junho de 2018

Carlos António Cardoso Teixeira, licenciado em Contabilidade e Administração – Ramo Administração e Controlo Financeiro, é contratado a termo, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetor tributário, referência 14, escalão A, na Direção Nacional de Receitas do Estado do Ministério das Finanças, nos termos do nº 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro, conjugado com o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato de contrato de trabalho a termo nº 47/2018

De 5 de junho de 2018

Carlos Luís Tavares Martins, licenciado em Contabilidade e Administração – Ramo Auditoria, é contratado a termo, para em regime de estágio

probatório, desempenhar as funções de inspetor tributário, referência 14, escalão A, na Direção Nacional de Receitas do Estado, do Ministério das Finanças, nos termos do nº 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro, conjugado com o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato de contrato de trabalho a termo nº 48/2018

De 5 de Junho de 2018

Denilo Nascimento Lopes, licenciado em Computação - Ramo Ensino, é contratado a termo, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetor tributário, referência 14, escalão A, na Direção Nacional de Receitas do Estado do Ministério das Finanças, nos termos do nº 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro, conjugado com o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato de contrato de trabalho a termo nº 49/2018

De 5 de Junho de 2018

Ederlina de Jesus Silva Tavares, licenciada em Ciências Empresariais e Organizacionais – Percorso Contabilidade, é contratada a termo, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetora tributária, referência 14, escalão A, na Direção Nacional de Receitas do Estado, do Ministério das Finanças, nos termos do nº 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007 de 16 de outubro, conjugado com o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato de contrato de trabalho a termo nº 50/2018

De 5 de junho de 2018

Ederlindo Semedo Ramos, licenciado em Engenharia Informática e de Computadores - Percorso Programação de Sistemas de Informação, é contratado a termo, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetor tributário, referência 14, escalão A, na Direção Nacional de Receitas do Estado, do Ministério das Finanças, nos termos do nº 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro, conjugado com o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato de contrato de trabalho a termo nº 51/2018

De 5 de Junho de 2018

Erinne Cibelle Fonseca dos Santos, licenciada em Contabilidade e Administração – ramo Administração e Controlo Financeiro, é contratada a termo, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetora tributária, referência 14, escalão A, na Direção Nacional de Receitas do Estado do Ministério das Finanças, nos termos do nº 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro, conjugado com o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato de contrato de trabalho a termo nº 52/2018

De 5 de junho de 2018

Irlando Gomes Correia, licenciado em Gestão, é contratado a termo, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetor tributário, referência 14, escalão A, na Direção Nacional de Receitas do Estado do Ministério das Finanças, nos termos do nº 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro, conjugado com o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato de contrato de trabalho a termo nº 53/2018

De 5 de junho de 2018

Ivan Vlademir Lopes Martins, licenciado em Contabilidade e Administração - Ramo Controlo Financeiro, é contratado a termo, para em regime

de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetor tributário, referência 14, escalão A, na Direção Nacional de Receitas do Estado, do Ministério das Finanças, nos termos do nº 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007 de 16 de outubro, conjugado com o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato de contrato de trabalho a termo nº 54/2018

De 5 de junho de 2018

Liliana Acilda Mota Costa, licenciada em Contabilidade e Administração — ramo Administração e Controlo Financeiro, é contratada a termo, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetora tributária, referência 14, escalão A, na Direção Nacional de Receitas do Estado, do Ministério das Finanças, nos termos do nº 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007 de 16 de outubro, conjugado com o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Extrato de contrato de trabalho a termo nº 55/2018

De 5 de junho de 2018

Sónia Monteiro Fernandes, licenciada em Gestão, é contratada a termo, para em regime de estágio probatório, desempenhar as funções de inspetora tributária, referência 14, escalão A, na Direção Nacional de Receitas do Estado, do Ministério das Finanças, nos termos do nº 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro, conjugado com o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto.

(Visados pelo Tribunal de Contas a 3 de setembro de 2018)

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças, na Praia, aos 18 de Setembro de 2018. — O Diretor Geral, *Carlos Rocha de Oliveira*.

—oço—

MINISTÉRIO DA DEFESA

Gabinete do Ministro

Despacho nº 11/2018

Por urgência imperiosa fundada em motivações relativas às medidas especiais de segurança e da proteção dos interesses essenciais do Estado cabo-verdiano, vem, ao abrigo do disposto no artigo 4.º, n.º 3, alínea b), do Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril, excluir a aplicação das disposições constantes no referido Código da Contratação Pública, o qual estabelece regras de contratação pública, nomeadamente, na aquisição de fardamento e equipamento operacional para as Forças Armadas.

Profiro, deste modo, o Despacho com os seguintes fundamentos:

Considerando que as Forças Armadas no cumprimento das missões que lhes são, constitucionalmente, confiadas necessitam de meios, condições específicas e peculiares, com garantia de qualidade, certificação e especificações muito próprias.

Considerando que, ao longo dos anos, as Forças Armadas têm-se digladiado com problemas na certificação técnica do material que têm adquirido, muito por causa da inexistência de instituições capazes de aferir, mesurar e certificar o material adquirido para equipar as tropas.

Considerando que a aquisição de material não certificado tem estado na base de transtornos e dificuldades observados no cumprimento das missões que lhes são anteriormente confiadas e, por estes factos, torna-se necessário que sejam implementadas medidas para que a segurança do Estado não seja posta em causa com a aquisição de material para fardamento e equipamento de militares sem qualquer qualidade, especificações e certificação que não se adequam ao cumprimento das respetivas missões.

Considerando que no mercado Cabo-verdiano não existem empresas certificadas que garantam a qualidade e certificação exigida para a confeção de fardamentos e equipamentos operacionais para as Forças Armadas.

Considerando que os militares cabo-verdianos frequentemente são enviados para o exterior, para efeito de treinamento militar, devendo os mesmos estarem munidos de fardamentos e equipamentos de qualidade, internacionalmente certificada.

Considerando que em certas missões operacionais poderá ocorrer situações de perigo para a vida e segurança dos militares, pelo que, a qualidade do fardamento é fundamental.

Considerando que o equipamento e fardamento das Forças Armadas contribuem decisivamente para a garantia dos interesses essenciais da segurança do Estado, pois o adequado equipamento dos militares em missões operacionais constitui vertente fulcral no cumprimento dessas mesmas missões, nomeadamente na segurança aos edifícios críticos, fiscalização e salvamento no mar, combate e apoio em catástrofes naturais, proteção de altas entidades, evacuação médica de urgência, entre outras.

Considerando que, neste contexto, tornou-se imperioso e necessário fazer pesquisas, a fim de identificar e analisar amostras de material, para que se identificassem fornecedores que comprovadamente cumprem os requisitos técnicos, de certificação e de segurança exigíveis para o fornecimento de material adequado às missões específicas das Forças Armadas.

Considerando que o grau de urgência aumenta com a gravidade da ameaça e do prejuízo, com a proximidade da ameaça da lesão, com a demora do procedimento concursal, quando evidência que, por imposição do interesse público e da segurança do Estado, se deve proceder à aquisição de fardamento e equipamento operacional para as Forças Armadas com a máxima rapidez, sem aplicação das regras procedimentais previstas no Código da Contratação Pública. E recorre-se a tal solução, sob pena de, não o fazendo com a máxima rapidez, os danos daí decorrentes poderão vir a causar prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação.

Assim,

Por força do disposto no artigo 4.º, n.º 3, alínea b), “*in fine*”, do citado Código da Contratação Pública, determino o seguinte:

Artigo 1.º

(Exclusão da aplicação do Código da Contratação Pública)

Face ao tudo exposto e nos termos das disposições legais supramencionadas, tendo em conta os interesses públicos e a segurança do Estado, não devem ser aplicadas as disposições constantes no Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril, para aquisição de material de equipamento e fardamento para as Forças Armadas.

Artigo 2.º

(Autorização de despesas)

Autorizo a realização de despesas com a aquisição de fardamento e equipamento operacional para as Forças Armadas, ao abrigo do disposto no artigo 42.º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, *ex. vi* o disposto no artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril.

Artigo 3.º

(Entidade com quem é celebrado o contrato de compra e venda)

O contrato de compra e venda deve ser celebrado com a empresa “CHINA XINXING IMPORT AND EXPOR CO., LTD.”, no montante não superior a 25.000.000\$00 (vinte e cinco milhões de escudos cabo-verdianos).

Artigo 4.º

(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Ministro da Defesa, na Praia, aos 21 de setembro de 2018. — O Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto, em substituição do Ministro da Defesa, *Fernando Elísio Leboucher Freire Andrade*

Despacho nº 12/2018

Ao abrigo do disposto no artigo 19.º, do Regime Geral de Organização e Actividade Administrativa, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 2/95, de 20 de junho, conjugado com os artigos 59.º e 116.º, n.º 1, ambos do Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril, delego no Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Anílo Emanuel da Graça Morais, sem faculdade de subdelegação:

1. As competências que me são atribuídas pelo artigo 42.º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, *ex. vi* o disposto no artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril, para a celebração do contrato de compra e venda relativa à aquisição de material de equipamento e fardamento para as Forças Armadas com a firma “CHINA XINXING IMPORT AND EXPOR CO., LTD”, e cujo montante não deve ser superior a 25.000.000\$00 (vinte e cinco milhões de escudos cabo-verdianos).

2. O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Ministro da Defesa, na Praia, aos 21 de setembro de 2018. — O Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto, em substituição do Ministro da Defesa, *Fernando Elísio Leboucher Freire Andrade*

Extrato do despacho nº 1387/2018 – De S. Ex^a o Ministro da Defesa:

De 14 de setembro de 2018:

Ao abrigo do n.º 6 do artigo 97.º dos Estatutos dos Militares, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2012, de 15 de novembro, é promovido, por distinção, ao posto de Coronel, o Tenente-coronel João Rodrigues da Silva.

Extrato do despacho nº 1388/2018 – De S. Ex^a o Ministro da Defesa:

De 14 de setembro de 2018:

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 277.º dos Estatutos dos Militares, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2012, de 15 de novembro, são promovidos, por escolha, ao posto de Coronel, os seguintes militares:

- Tenente-coronel António Jorge Silva Rocha
- Tenente-coronel Armindo Alcides Garcia de Sá Nogueira Miranda

Gabinete do Ministro da Defesa, na Praia, aos 14 de setembro de 2018. — A Diretora de Gabinete, *Vera Eunice Barros Monteiro*.

Comando do Pessoal das Forças Armadas

Extrato do despacho nº 1389/2018 – De S. Ex^a o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 20 de junho de 2018:

Ângelo Monteiro Spinola, sargento-principal, nível “II”, índice “469” – transita para a situação de reforma extraordinária ao abrigo na alínea *a*) do artigo 237º e em conformidade com o disposto nos artigos 169º e 170º dos Estatutos dos Militares, aprovados pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2012 de 15 de novembro, com direito à pensão anual no valor de 843.408\$00 (oitocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e oito escudos).

Extrato do despacho nº 1390/2018 – De S. Ex^a o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 11 de julho de 2018:

Fredson Rogério Monteiro Martins, sargento RC, nível “I”, Índice “216” – transita para a situação de reforma extraordinária ao abrigo na alínea *a*) n.º 1 do artigo 314º e em conformidade com o disposto nos artigos 169º e 170º dos Estatutos dos Militares, aprovados pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2012 de 15 de novembro, com direito à pensão anual no valor de 389.184\$00 (trezentos e oitenta e nove mil, cento e oitenta e quatro escudos).

Extrato do despacho nº 1391/2018 – De S. Ex^a o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 25 de julho de 2018:

Constantino Neves Tavares, sargento-mor na reserva, nível “I”, índice “694” – transita para a situação de reforma ao abrigo na alínea *b*) do artigo 236º e em conformidade com o disposto nos artigos 168º e 169º dos Estatutos dos Militares, aprovados pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2012, de 15 de novembro, com direito à pensão anual no valor de 1.247.856\$00 (um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e seis escudos).

Extrato do despacho nº 1392/2018 – De S. Ex^a o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 25 de julho de 2018:

Oteldino da Costa Alves, sargento-mor na reserva, nível “I”, índice “694” – transita para a situação de reforma ao abrigo na alínea *b*) do artigo 236º e em conformidade com o disposto nos artigos 168º e 169º dos Estatutos dos Militares, aprovados pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2012, de 15 de novembro, com direito à pensão anual no valor de 1.247.856\$00 (um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e seis escudos).

Extrato do despacho nº 1393/2018 – De S. Ex^a o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 25 de julho de 2018:

César Augusto Couto Rodrigues, coronel na reserva, nível “I”, índice “1078” – transita para a situação de reforma ao abrigo na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 236º e em conformidade com o disposto nos artigos 168º e 169º dos Estatutos dos Militares, aprovados pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2012, de 15 de novembro, com direito à pensão anual no valor de 1.938.012\$00 (um milhão, novecentos e trinta e oito mil e doze escudos).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Capítulo 35.20, Divisão 4ª, Código 02.07.01.01.01 do Orçamento para o ano de 2018. — (Visados pelo Tribunal de Contas, em 12 de setembro de 2018).

Comando do Pessoal das Forças Armadas, na Praia, aos 17 de setembro de 2018. — O Comandante, *António Jorge Silva Rocha*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO

Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do despacho nº 1394/2018 – De S. Ex^a a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 7 de julho de 2018:

Jandira dos Santos Cardoso Vieira, oficial conservadora/notária, de 3ª classe, referência 6, escalão A, do quadro privativo dos Registos Notariado e Identificação, é nomeada, para em regime de substituição, exercer o cargo de notária chefe, nível II, no Cartório Notarial de Santa Catarina de Santiago, nos termos do n.º 9 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 10/2017, de 14 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2017, de 11 de outubro, conjugado, com o artigo 33º, do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir da data da sua publicação no *Boletim Oficial*.

Os encargos correspondentes são suportados pela rubrica 02.01.01.01.02 – Pessoal do Quadro Privativo dos Registos Notariado e Identificação do Ministério da Justiça e Trabalho. — (Visado pelo Tribunal de Contas aos 17 de setembro de 2018).

Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Justiça e Trabalho, na Praia, aos 19 de setembro de 2018. — O Diretor Geral, *p/s, Fernando Tavares*

—oço—

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato de despacho nº 1395/2018 – De S. Ex^a o Ministro da Administração Interna:

De 9 de agosto de 2018:

Domingas Cardoso Andrade, técnico nível I, da Direção Geral Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna, é exonerada das suas funções, a seu pedido, ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 28º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro, com efeito a partir de 8 de setembro de 2018.

Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna, na Praia, aos 18 de setembro de 2018. — O Diretor Geral, *Francisco Brito*

Direção Nacional da Polícia Nacional

Extrato de despacho nº 1396/2018 – De S. Ex^a o Ministro da Administração Interna:

De 11 de setembro de 2018:

Ao abrigo da alínea *a*), do artigo 38º e, nos termos da alínea *a*), do artigo 16º, ambos do Decreto-legislativo n.º 8/2010, de 28 de setembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 3/2016, de 16 de janeiro, conjugado com o n.º 2, do artigo 62º, do Decreto-regulamentar n.º 5 – G/98, de 16 de novembro, é promovido o agente de 1ª classe da Polícia Nacional, **Nataniel Francez Silva**, para o posto de Chefe de Esquadra da PN, referência 7, escalão A.

Este despacho produz efeito a partir da data da sua publicação no *Boletim Oficial*.

A despesa tem cabimento no orçamento de funcionamento da Polícia Nacional, rubrica - 02.01.01.01.02 – promoção,

Divisão de Administração e Recursos Humanos da Direção Nacional da Polícia Nacional, na Praia, aos 18 de setembro de 2018. — O Chefe da Divisão, *João Pedro Tavares Delgado*

Aviso nº 20/2018

Em obediência ao disposto no 4 do artigo 94.º do RDPN, conjugado com o artigo 63.º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, é citado o Senhor Manuel Jorge Gonçalves Lopes, agente de 1.ª classe da Polícia Nacional, ausente na parte incerta dos Estados Unidos da América para, no prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados a partir do oitavo dia posterior à data da publicação do presente aviso no *Boletim Oficial*, apresentar, querendo, a sua defesa escrita no Processo Disciplinar por abandono de lugar contra ele movido pelo Comando Regional da Praia.

Esquadra Policial de Achada São Filipe do Comando Regional da Praia, aos 10 de agosto do ano de 2018. — O Instrutor, *António Manuel Nascimento Gonçalves*

MINISTÉRIO DO TURISMO E TRANSPORTES

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Retificações nº 102/2018

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 24, II Série, de 6 de abril, o despacho conjunto assinados entre o Ministro do Turismo e Transportes, e o Ministro das Finanças, atribuindo o Estatuto de Utilidade Turística de Funcionamento a Empresa de Desporto Náutico “SURF M&D KITE” segue a retificação na parte que nos interessa:

No primeiro parágrafo:

Onde se lê:

A sociedade “SURF M&D KITE LDA”, Prestador de serviços nas áreas de atividade náuticas e recreativas, requerido o Estatuto de Utilidade Turística de Instalação a favor da referida empresa ...

Deve-se ler:

A sociedade “SURF M&D KITE LDA”, prestador de serviços nas áreas de atividade náuticas e recreativas, requerido o Estatuto de Utilidade Turística de Funcionamento a favor da referida empresa

No último parágrafo:

Onde se lê:

Atribuir o Estatuto de Utilidade de Instalação a empresa de Desporto Náutico “SURF M&D KITE”, com base no disposto nos artigos 3º, 4º e 5º da Lei nº 55/VI/2005, de 10 de janeiro...

Deve-se ler:

Atribuir o Estatuto de Utilidade de Funcionamento a empresa de Desporto Náutico “SURF M&D KITE”, com base no disposto nos artigos 3º, 4º e 5º da Lei nº 55/VI/2005, de 10 de janeiro...

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Economia e Emprego, na Praia, aos 17 de setembro de 2018. – Diretora de Serviço, *Mónica Silva*.

Retificações nº 103/2018:

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 37/2018, II Série, de 14 de junho, o despacho conjunto de S. Ex^{as} os Ministros do Turismo e Transportes, e das Finanças, atribuindo o estatuto de utilidade turística de Remodelação ao Estabelecimento “HOTEL BOA VISTA” retifica-se na parte que nos interessa:

No primeiro parágrafo:

Onde se lê:

A sociedade “PORTO GRANDE HOTÉIS SAR”, requerido o Estatuto de Utilidade Turística de Remodelação a favor do Estabelecimento “HOTEL BOA VISTA” ...

Deve-se ler:

A sociedade “HOTEL BOA VISTA LDA”, requerido o Estatuto de Utilidade Turística de Remodelação a favor do Estabelecimento “HOTEL BOA VISTA” ...

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Economia e Emprego, na Praia, aos 17 de setembro de 2018. – Diretora de Serviço, *Mónica Silva*.

—o—

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE

Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do despacho nº 1397/2018 — De S. Ex^o o Ministro da Agricultura e Ambiente:

De 16 de agosto de 2018:

Ethel Fernandes Rodrigues, licenciada em Direito, nomeada nos termos dos artigos 5º e 6º nº 1 alínea d) do Decreto Lei nº 49/2014, de 10 de setembro, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Directora de Gabinete do Ministro da Agricultura e Ambiente, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2018.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.01 - Pessoal dos Quadros Especiais – no Centro de custo 40.10.20.01.01 - Gabinete do Ministro da Agricultura e Ambiente.

Direção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial do Ministério da Agricultura e Ambiente, na Praia, aos 18 de setembro de 2018. — A Directora de Serviços de G. R. Humanos, *Marlice Robalo Cabral*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto

Despacho nº 5/GSEAE/2018

de julho de 2018

Objecto: Acreditação e registo do ciclo de estudos de Mestrado em Auditoria no Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE), no ano académico 2018/2019.

Considerando que:

1. Nos termos do n.º 3 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 20/2012, de 19 de julho, que aprova o regime jurídico das instituições do ensino superior, a entrada em funcionamento de ciclos de estudos que visem conferir graus académicos e diplomas de estudos superiores profissionalizantes carece de acreditação e registo junto do departamento governamental responsável pelo ensino superior;

2. O Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) solicitou a acreditação e o registo do ciclo de estudos de Mestrado em Auditoria no Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE), no ano académico 2018/2019, nos termos dalei;

3. O ciclo de estudos em causa se caracteriza pelo seguinte quadro:

Áreas Científicas	Nº de horas		N.º de créditos
	Contacto	Total	
Contabilidade Auditoria e Finanças (CAF)	235	2550	85
Direito (DIR)	70	300	10
Gestão (GES)	105	480	16
Comunicação e Metodologias (CMT)	20	120	4
Métodos Quantitativos e Tecnologias (MQT)	35	150	5
Total	465	3600	120

4. De acordo com o parecer emitido pela Direcção-Geral do Ensino Superior, o plano de estudos do referido ciclo de estudos se encontra elaborado em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

Nestes termos:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-lei n.º 22/2012, que aprova o Regime Jurídico de Graus Académicos e Diplomas, autorizo a acreditação e o registo do ciclo de estudos de Mestrado em Auditoria no ISCEE e, no ano académico 2018/2019.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Educação, na Praia, aos 1 de julho de 2018. — O Secretário de Estado Adjunto da Educação, *Amadeu João da Cruz*

ANEXO

A. IDENTIFICAÇÃO DO CICLO DE ESTUDOS EM FUNCIONAMENTO

Mestrado em Auditoria.

B. ESTRUTURA CURRICULAR E PLANO DE ESTUDOS

O Mestrado em Auditoria tem uma estrutura letiva constituída por dois anos, divididos em 4 semestres.

Nos três primeiros semestres letivos, estão distribuídas quinze unidades curriculares.

O 4º semestre é destinado à elaboração da Dissertação de Mestrado, Trabalho de Projeto ou Relatório de Estágio.

Plano de Estudos

1º Semestre

	Unidades Curriculares	Área Científica	Horas		Créditos ECTS
			Contacto	Trabalho Total	
1	Tópicos Avançados de Contabilidade Financeira	CAF	35	240	8
2	Metodologia de Investigação	CMT	20	120	4
3	Complementos de Direito das Sociedades e dos Valores Mobiliários	DIR	35	150	5
4	Teoria da Auditoria	CAF	35	240	8
5	Amostragem para Auditoria	MQT	35	150	5
Total			160	900	30

2º Semestre

	Unidades Curriculares	Área Científica	Horas		Créditos ECTS
			Contacto	Trabalho Total	
1	Riscos Empresariais e Controlo Interno	GES	35	240	8
2	Controlo de Gestão	GES	35	120	4
3	Optativa	CAF	20	150	5
4	Auditoria Financeira	CAF	35	240	8
5	Optativa	CAF	20	150	5
Total			145	900	30

3º Semestre

	Unidades Curriculares	Área Científica	Horas		Créditos ECTS
			Contacto	Trabalho Total	
1	Auditoria Interna e Operacional	CAF	35	240	8
2	Complementos de Fiscalidade	DIR	35	150	5
3	Fusões, Aquisições e Reestruturas Empresariais	GES	35	120	4
4	Auditoria Assistida por Computador	CAF	35	240	8
5	Optativa	CAF	20	150	5
Total			160	900	30

Optativas:

Unidades Curriculares
Auditoria a Sistemas de Informação
Auditoria Estratégica e Previsional
Contabilidade e Auditoria de Entidades Financeiras e Seguradoras
Auditoria dos Relatos de Sustentabilidade
Auditoria Forense
Contabilidade e Auditoria do Sector Público

4º Semestre

	Unidades Curriculares	Área Científica	Horas	Créditos ECTS
			Trabalho Total	
1	Elaboração da Dissertação/ Trabalho de Projecto/Estágio	CAF	900	30
Total			900	30

C. OBJECTIVOS DO CURSO

Este curso visa o desenvolvimento científico e profissional em auditoria, tendo como objetivos mais significativos:

§ Proporcionar uma sólida formação teórico-prática a quem pretender exercer a sua atividade profissional não só nas diferentes áreas da auditoria (sobretudo: externa ou independente, interna e informática) como também em controlo de gestão, tendo em conta as exigências colocadas pelo mercado e pelas normas nacionais e internacionais existentes;

§ Proporcionar os conhecimentos teóricos e práticos fundamentais para o estudo, análise, implementação e avaliação de sistemas de controlo interno, dotando os alunos de uma visão crítica e independente sobre as organizações;

§ Possibilitar a formação de docentes nas diferentes áreas da auditoria.

D. ESTABELECIMENTO QUE MINISTRA O CURSO

O curso é ministrado pelo ISCEE nas suas instalações dos estabelecimentos de ensino do Mindelo e da Praia, com apoio científico do ISCAL.

E. ÁREA CIENTÍFICA PREDOMINANTE DO CICLO DE ESTUDOS

Contabilidade e Auditoria

F. NÚMERO DE CRÉDITOS ECTS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU - 120

G. CONDIÇÕES DE ACESSO E INGRESSO

O ingresso no curso pode ser efetuado por qualquer candidato com o grau de licenciado, preferencialmente nas áreas de Contabilidade, Gestão e de Direito. No entanto, podem ser admitidos candidatos de outras áreas, mediante análise curricular.

H. ÁREAS CIENTÍFICAS E CRÉDITOS QUE DEVEM SER REUNIDOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU

ÁREA CIENTÍFICA	SIGLA	UCTS OBRIGATORIOS
Contabilidade, Auditoria e Finanças	CAF	85
Direito	DIR	10
Métodos Quantitativos e Tecnologias	MQT	5
Gestão	GES	16
Comunicação e Metodologias	CMT	4
(5 itens)		120

O Secretário de Estado Adjunto da Educação, *Amadeu João da Cruz*

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato de despacho nº 1398/2018 – De S. Ex.ª a Ministra da Educação:

De 21 de dezembro de 2017:

Arlindo Lopes Teixeira, inspetor, nível I, quadro do pessoal da Inspeção Geral da Educação, promovido no âmbito de atribuição de Menções de Mérito Excepcional, para a categoria de inspetor, nível II, nos termos do n.º 1 e alínea b) e n.º 2 do artigo 54º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho.

Deolinda Suzete Lopes Martins, inspetora, nível II, quadro do pessoal da Inspeção Geral da Educação, promovida no âmbito de atribuição de Menções de Mérito Excepcional, para a categoria de inspetora, nível III, nos termos do n.º 1 e alínea b) e n.º 2 do artigo 54º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho.

João Manuel Dias Pinto, inspetor, nível I, quadro do pessoal da Inspeção Geral da Educação, promovido no âmbito de atribuição de Menções de Mérito Excepcional, para a categoria de inspetor, nível II, nos termos do n.º 1 e alínea b) e n.º 2 do artigo 54º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho.

José Avelino Rodrigues de Pina, inspetor sénior, nível I, quadro do pessoal da Inspeção Geral da Educação, promovido no âmbito de atribuição de Menções de Mérito Excepcional, para a categoria de inspetor sénior, nível II, nos termos do n.º 1 e alínea b) e n.º 2 do artigo 54º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho.

Juliano Moreira Evangelista Barros, inspetor sénior, nível II, quadro do pessoal da Inspeção Geral da Educação, promovido no âmbito de atribuição de Menções de Mérito Excepcional, para a categoria de inspetor sénior, nível III, nos termos do n.º 1 e alínea b) e n.º 2 do artigo 54º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho.

Lidia Maria Araújo de Brito, inspetora, nível I, quadro do pessoal da Inspeção Geral da Educação, promovida no âmbito de atribuição de Menções de Mérito Excepcional, para a categoria de inspetora, nível II, nos termos do n.º 1 e alínea b) e n.º 2 do artigo 54º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho.

Mário da Lomba Lopes, inspetor, nível I, quadro do pessoal da Inspeção Geral da Educação, promovido no âmbito de atribuição de Menções de Mérito Excepcional, para a categoria de inspetor, nível II, nos termos do n.º 1 e alínea b) e n.º 2 do artigo 54º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho.

Vicência Nascimento Delgado, inspetora, nível II, quadro do pessoal da Inspeção Geral da Educação, promovida no âmbito de atribuição de Menções de Mérito Excepcional, para a categoria de inspetora, nível III, nos termos do n.º 1 e alínea b) e n.º 2 do artigo 54º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho.

Extrato de despacho nº 1399/2018 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 7 de julho de 2018:

Célia de Jesus da Cruz Andrade, professora do ensino básico assistente, nível I, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação do Concelho de Ribeira Grande de Santiago, concedida a rescisão do contrato nos termos da alínea c) do artigo 29º da Lei nº102/IV/93, de 10 de janeiro, com efeitos a partir 15 de junho de 2018.

Extrato de despacho nº 1400/2018 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 17 de julho de 2018:

Joaquim Soares Moreira, professor do ensino secundário assistente, nível II, quadro do pessoal da Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos, em situação de licença sem vencimento, desde 1 de outubro de 2017, autorizado o seu regresso ao quadro de origem, ao abrigo do nº 3 do artigo 48º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, com remissão aos n.ºs 3 e 4 do artigo 46º do mesmo Decreto-Lei, com efeitos a partir do início de funções.

Extrato de despacho nº 1401/2018 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 27 de julho de 2018:

Roscelino Eduardo Borges dos Santos, professor do ensino secundário, nível III, quadro do pessoal do Centro Educativo Miraflores, na situação de licença sem vencimento até (03) três anos, desde 1 de setembro de 2017, prorrogada a referida licença por um período de (01) um ano, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2018, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Lei, nº 69/2015, de 12 de dezembro.

Extrato de despacho nº 1402/2018 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 8 de agosto de 2018:

Sara Cristina Ferreira, professora do ensino básico assistente, nível I, quadro do pessoal da Delegação do Ministério da Educação do Concelho da Praia, na situação de licença sem vencimento até (03) três anos, desde 1 de outubro de 2017, prorrogada a referida licença por um período de (01) um ano, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2018, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto - Lei, nº 69/2015, de 12 de dezembro.

Carlos Alberto Varela Cabral, Professor do Ensino Secundário, Nível I, quadro do pessoal da Escola Secundária de Maio, na situação de licença sem vencimento até (03) três anos, desde 01 de setembro de 2017, prorrogada a referida licença por um período de (01) um ano, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2018, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Lei, nº 69/2015, de 12 de dezembro.

Ana Cristina Correia Lima, Professora do Ensino Secundário Assistente, Nível II, quadro do pessoal da Escola Secundária Regina Silva, na situação de licença sem vencimento até (03) três anos, desde 01 de setembro de 2017, prorrogada a referida licença por um período de (01) um ano, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2018, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Lei, nº 69/2015, de 12 de dezembro.

Ranine Silva Delgado, Professora do Ensino Básico Assistente, Nível I, quadro do pessoal da Delegação do Ministério da Educação do Concelho da Praia, na situação de licença sem vencimento até (03) três anos, desde 01 de setembro de 2017, prorrogada a referida licença por um período de (01) um ano, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2018, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto - Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro.

Zenaida Maria de Pina Fernandes Costa da Rosa, apoio operacional, nível I, em exercício de funções na Direção Nacional de Educação, concedida licença sem vencimento de curta duração, por um período de (03) três meses, ao abrigo do nº1 do artigo 192º do Decreto-Lei nº 5/2007, de 16 de outubro, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2018.

Ambrósio Sanches Furtado, professor do ensino básico assistente, nível I, quadro do pessoal da Delegação do Ministério da Educação do Concelho de São Miguel, concedida licença sem vencimento por um período de longa duração, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2018, nos termos dos artigos 50º e 52º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro.

Extrato de despacho nº 1403/2018 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 14 de agosto de 2018:

É dada por finda, por conveniência de serviço a comissão ordinária de serviço de António Costa, professor do ensino secundário, nível I, que vinha exercendo, desde dezembro de 2016, as funções de Diretor da Escola Secundária Chão Bom, ao abrigo do artigo 31º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de novembro.

Extrato de despacho nº 1404/2018 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 22 de agosto de 2018:

É dada por finda, por conveniência de serviço a comissão ordinária de serviço de Cecílio Semedo Cabral, Professor do Ensino Secundário, Nível I, quadro do pessoal da Escola Secundária Pedro Gomes, que vinha exercendo, desde dezembro de 2016, as funções de Diretor da referida Escola, ao abrigo do artigo 31º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 04 de novembro.

É dada por finda, por conveniência de serviço a comissão ordinária de serviço de Antero Conceição Monteiro Fernandes, professor do ensino secundário, nível III, quadro do pessoal da Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos, que vinha exercendo, desde dezembro de 2016, as funções de Diretor da referida Escola, ao abrigo do artigo 31º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de novembro.

Extrato de despacho nº 1405/2018 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 28 de agosto de 2018:

Cesária Janine Dias Gomes Leite, professora do ensino secundário, nível I, quadro do pessoal da Escola Secundária Amor de Deus, na situação de licença sem vencimento até (03) três anos, desde 29 de setembro de 2016, prorrogada a referida licença por um período de (01) um ano, com efeitos a partir de 29 de setembro de 2018, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro.

Heiton Quintino Pires Gomes, professor do ensino secundário, nível III, quadro do pessoal da Escola Secundária Teixeira de Sousa, na situação de licença sem vencimento até (03) três anos, desde 1 de setembro de 2017, prorrogada a referida licença por um período de (01) um ano, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2018, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro.

Eduardo Adilson Camilo Pereira, professor do ensino secundário, nível III, quadro do pessoal do Ministério da Educação, destacado no Universidade de Cabo Verde, na situação de licença sem vencimento até (03) três anos, desde 26 de setembro de 2017, prorrogada a referida licença por um período de (01) um ano, com efeitos a partir de 26 de setembro de 2018, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro.

Luíza Gomes Teixeira, professora do ensino secundário assistente, nível II, exercia suas funções na Delegação do Ministério da Educação do Concelho da Praia, na situação de licença sem vencimento até (03) três anos, desde 13 de novembro de 2016, prorrogada a referida licença por um período de (01) um ano, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2018, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro.

Maria Helena de Pina Barros, professora do ensino básico assistente, nível I, quadro do pessoal da Delegação do Ministério da Educação do Concelho da Praia, concedida licença sem vencimento por um período de (01) um ano, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2018, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro.

Eduardo Gomes de Pina Fernandes, professora do ensino secundário, nível I, quadro do pessoal da Escola Secundária Manuel Lopes, concedida licença sem vencimento por um período de (01) um ano, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2018, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro.

Ana Maria Semedo Lima Tango, professora do ensino secundário, nível I, quadro do pessoal da Escola Secundária Olavo Moniz, concedida licença sem vencimento por um período de (01) um ano, com efeitos a partir de 25 de outubro de 2017, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro.

Emanuel Mendes Monteiro, professor do ensino secundário, nível I, quadro do pessoal da Escola Secundária Eugénio Tavares - Brava, na situação de licença sem vencimento até (03) três anos, desde 01 setembro de 2015, concedida a conversão de licença sem vencimento de longa duração com efeitos a partir de 1 setembro de 2018, ao abrigo do artigo 50º Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 69/2015 de 12 de dezembro.

Adilson Mendes Ramos, professor do ensino básico assistente, nível I, quadro do pessoal da Escola Secundária Manuel Lopes, na situação de licença sem vencimento até (03) três anos, desde 10 outubro de 2015, concedida a conversão de licença sem vencimento de longa duração com efeitos a partir de 10 outubro de 2018, ao abrigo do artigo 50º Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 69/2015 de 12 de dezembro.

Extrato de despacho nº 1406/2018 – De S. Exª a Ministra da Educação:

De 6 de setembro de 2018:

Adilson Moacha Teixeira, professor do ensino básico assistente, nível I, quadro do pessoal da Delegação do Ministério da Educação do Concelho dos Mosteiros, concedida licença sem vencimento por um período de (01) um ano, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2018, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro.

Extrato de despacho nº 1407/2018 – De S. Exª a Ministra da Educação:

De 7 de setembro de 2018:

É dada por finda, ao seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Avelino Monteiro Varela, professor do ensino secundário, nível II, quadro do pessoal da Escola Secundária Cónego Jacinto, que vinha exercendo, desde agosto de 2016, as funções de Diretor da referida Escola, ao abrigo do artigo 31º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de novembro.

Comunicação n.º 47/2018

Comunica-se que Aristides Hermínio Furtado Vaz, monitor especial, referência 5, escalão C, em exercício de funções na Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos, que se encontrava de licença sem vencimento por um período de (03) três meses, desde 20 de abril de 2018 e retomou às suas funções a partir do dia 1 de setembro do corrente ano.

Retificação n.º 104/2018

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 44 II Série, de 1 de setembro de 2017, o despacho de S. Ex.ª a Ministra da Educação, de 7 de agosto de 2017, referente a licença sem vencimento de longa duração, de Lucialina da Luz Delgado Monteiro, professora do ensino secundário, nível III, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

...licença sem vencimento por um período de um ano...

Deve ler-se:

...licença sem vencimento por um período de longa duração...

Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Educação, na Praia, aos 19 de setembro de 2018. — O Diretor, *Adilson Vieira Semedo*

—o—o—

MINISTÉRIO DA SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL

Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do despacho conjunto nº 1408/2018 — De S. Exª o Ministro da Saúde e da Segurança Social e S. Ex.ª o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro de Defesa:

De 28 de agosto de 2018:

Tomas Alves de Só Valdez, médico assistente sénior, do quadro de pessoal da Direção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, concedida licença sem

vencimento para o exercício de funções em Organismo Internacional, neste caso na Organização Mundial da Saúde (OMS), nos termos do artigo 63º e com o fundamento da alínea b) do artigo 60º e artigo 62º, ambos do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, o Ministro da Saúde e da Segurança Social e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro de Defesa.

Extrato do despacho nº 1409/2018 — De S. Exª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 20 de Julho de 2018:

Krísia Hélène Ramos Delgado, médica geral, do quadro de pessoal da Direção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, é nomeada em comissão de serviço para exercer o cargo de Delegada de Saúde de Boavista, ao abrigo do disposto no artigo 5º do Decreto Regulamentar nº 1/2006, de 16 de Janeiro, que estabelece as normas de estruturação e gestão das Delegacias de Saúde, conjugado com o disposto do artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente e equiparado da Administração Pública.

(Visado pelo Tribunal de Contas no dia 06 de setembro de 2018).

Extrato do despacho nº 1410/2018 — De S. Exª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 12 de setembro de 2018:

Ilídio Bade de Jesus Monteiro Santos Costa, enfermeiro geral escalão IV, índice 100, do quadro de pessoal da Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, em serviço na Delegacia de Saúde de Porto Novo, destacado para exercer as suas funções no Hospital Dr. Agostinho Neto, a partir de 1 de setembro, ao abrigo do disposto no n.º 1 e seguintes do artigo 9º de Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de dezembro.

Extrato do despacho nº 1411/2018 — De S. Exª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 14 de setembro de 2018:

Carla Cristina Monteiro Teixeira Fortes, técnica nível I, contratada do Hospital Dr. Agostinho Neto, concedida licença sem vencimento para formação, ao abrigo do disposto n.º 2 do artigo 65º, do Decreto Lei nº 3/2010, de 8 de março, com efeitos a partir do dia 1 de novembro de 2018.

Extrato do despacho nº 1412/2018 — De S. Exª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 14 de setembro de 2018:

Catarina Vaz Correia, apoio operacional nível II, contratada na Delegacia de Saúde da Praia, concedida licença sem vencimento até 3 anos, ao abrigo do disposto n.º 1 do artigo 48º do Decreto Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018.

Extrato do despacho nº 1413/2018 — De S. Exª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 17 de setembro de 2018:

Paulo Jorge Mendes Gomes, apoio operacional nível III, contratado no Hospital Regional Dr. Santa Rita Vieira, concedida licença sem vencimento até 3 anos, ao abrigo do disposto n.º 1 do artigo 48º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018.

Extrato do despacho nº 1414/2018 — Da Comissão de Verificação da Incapacidade de Sotavento:

De 27 de Julho de 2018:

Braz da Veiga Gonçalves, funcionário da Electra Sul, apresentou a Comissão de Verificação da Incapacidade de Sotavento, emitido em sessão de 27/07/2018, que é do seguinte teor.

«É lhe justificado as faltas do trabalho a partir do dia 4 de maio de 2018 até hoje dia 27 de julho de 2018. É lhe concedido o pedido de situação de incapacidade permanente para o exercício de qualquer atividade profissional, conforme solicitado pelo seu médico assistente».

Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, na Praia, aos 18 de setembro de 2018. — A Diretora Geral, *Serafina Alves*

PARTE G

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL

Câmara Municipal

Extrato do despacho nº 1415/2018 — De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de São Miguel:

De 29 de agosto de 2018:

Nos termos do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 49º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de novembro, conjugado com os artigos 33º/1, 34º e 37º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro, é promovido o técnico do quadro definitivo da Câmara Municipal de São Miguel, João Gomes Duarte, técnico sénior, nível I para técnico sénior, nível II.

A presente promoção não tem implicações financeiras adicionais imediatas no orçamento municipal vigente.

(Isento do visto de Tribunal de Contas nos termos do artigo 14º da Lei nº 84/IV/93, de 12 de julho).

Extrato do despacho nº 1416/2018 — De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de São Miguel:

De 6 de setembro de 2018:

Nos termos das disposições combinadas da alínea *d*) do nº 1, do artigo 98º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho e artigo 33º do Decreto-lei nº 59/2014, de 4 de novembro, é nomeada, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, Anila Maria Correia Rodrigues, técnica, nível II, quadro desta Câmara Municipal, pós-graduada em Gestão de Empresas, como Directora da Unidade de Gestão de Aquisições (UGA), equiparada, para todos os efeitos, a Directora de Serviço.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 10 de setembro de 2018.

A despesa resultante da presente nomeação tem cabimento na dotação inscrita no código 02.01.01.01.02 - pessoal quadro do orçamento municipal vigente. — (Isento do visto do Tribunal de Contas, nos termos do nº 2 do artigo 33º do Decreto-lei nº 59/2014, de 4 de novembro).

Câmara Municipal de São Miguel, aos 13 setembro de 2018. — O Diretor de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos, *Filomeno Jesus Rodrigues de Pina*

PARTE I I

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão

Retificação n.º 105/2018

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 54, II Série, de 17 de setembro de 2018, referente ao anúncio de concurso externo n.º 32/2018: Recrutamento e seleção de professores dos ensinos básico e secundário, nível I, para desempenhar funções nas Delegações e Escolas Secundárias do país, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Disciplina de Matemática:

...áreas afins admitidas – Licenciatura em Educação Física: Cultura Física e Desporto....

Deve ler-se:

Disciplina de Matemática:

...áreas afins admitidas: Licenciatura em: Matemática Aplicada; Matemática Ramo Computação..

Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Educação, na Praia, aos 19 de setembro de 2018. — O Diretor, *Adilson Vieira Semedo*



II SÉRIE BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:

Extrato de publicação de associação n° 411/2018:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, foi constituída uma Associação sem fins lucrativos denominada “REDE DE JORNALISTAS PARA O AMBIENTE – REJA” 248

Extrato de publicação de sociedade n° 412/2018:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, se encontra exarado um registo de transmissão de quotas por efeito de falecimento de um sócio e por cessão, e cessação de funções de membro de órgão social, da sociedade comercial por quotas denominada “PRAIATUR LDA, Agência de Viagens e Turismo”. 248

Extrato de publicação de sociedade n° 413/2018:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de cessação de funções e nomeação de membro de órgão social da sociedade comercial anónima denominada “EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACEUTICOS – EMPROFAC, SA”. 249

Extrato de publicação de sociedade n° 414/2018:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, foi constituída uma sociedade comercial por quotas, denominada “TRUEWILL NEW ENERGY TECH CABO VERDE CO, LDA” 249

Extrato de publicação de associação n° 415/2018:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ASOSIASON KOLUNBÓFILU DI PRAIA – AKP” 249

TRANSCOR - SV, S.A.:

Mesa da Assembleia Geral:

Convocatoria n° 10/2018:

Convocando todos os accionistas para uma assembleia geral ordinária no próximo dia 20 de outubro de 2018, sábado pelas 18:00 na sala de conferência do MindelHotel, com os pontos de ordem de trabalho. 249

PARTE J**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO****Direcção-Geral dos Registos, Notariado
e Identificação****Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia****Extrato de publicação de associação nº 411/2018:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9.º, da Lei número 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma Associação sem fins lucrativos denominada “REDE DE JORNALISTAS PARA O AMBIENTE – REJA”, com sede na Fazenda, Cidade da Praia, de duração indeterminada, com o patróimo inicial de dez mil escudos, tendo por objeto: Apoiar e participar na divulgação de problemas ambientais de CV e zelar pela aplicação das Convenções das Nações Unidas e Protocolos Internacionais relativos ao Meio ambiente, nomeadamente a biodiversidade, Luta Contra a desertificação, as mudanças climáticas, a Protecção das zonas húmidas, Preservação das Áreas Protegidas, Espécies ameaçadas de extinção, a protecção da Camada de Ozono, e dos Recursos Hídricos; controlo dos movimentos transnacionais de resíduos Perigosos e sua eliminação; identificar os grupos alvos do País e da sub-região, vulneráveis à degradação do meio ambiente.

ÓRGÃOS:

- Assembleia Geral:
- Presidente: Odaire Freitas Santos.
- Vice-presidente: Carciana Maria Lima.
- Vogal: Hermen Tavares Alfredo.

CONSELHO DIRECTIVO:

- Presidente: Joana do Rosário Lopes.
- Vice-presidente: Augusto Rocha Oliveira.
- Secretária: Dulcência da Costa de Pina Ramos.
- Tesoureiro: Marcos Aurélio Fonseca da Cruz.
- Vogal: Albertina Gomes Rodrigues.

CONSELHO FISCAL:

- Presidente: Nicolau Montrond Centeio.
- Vice-presidente: Eufémia Lopes Mascarenhas de Carvalho Varela.
- Vogal: Zuleica Eveline de Sousa Xavier Semedo.

Duração do mandato: 03 (três) anos.

Está conforme o original.

Conservatória de Registo das Pessoas Coletivas, aos 27 de agosto de 2018. — A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça***Extrato de publicação de sociedade nº 412/2018:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de transmissão de quotas por efeito de falecimento de um sócio e por cessão, e cessação de funções de membro de órgão social, da sociedade comercial por quotas denominada “PRAIATUR LDA, Agência de Viagens e Turismo”, com sede na Avenida Amílcar Cabral, Cidade da Praia e o capital social de 10.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 151/1989/11/08.

DIVISÃO/TRSMISSÃO DA QUOTA NO VALOR 3.250.000\$00, POR ÓBITO DO SÓCIO ALFREDO MENDES DE ANDRADE RODRIGUES:**QUOTAS TRANSMITIDAS:** 750.000\$00 cada:

Nome: Katya Cardoso Rodrigues Barbosa Vicente.

Estado Civil: Casada com Mário do Rosário Almeida Barbosa Vicente, no regime de comunhão de adquiridos.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

NIF: 100907628.

Nome: Leila Cardoso Rodrigues.

Estado Civil: Soleira, maior.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

NIF: 106248138.

Nome: Edilton Cardoso Rodrigues.

Estado Civil: Solteiro, maior.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

NIF: 106492209.

Nome: Rogério Fortes Rodrigues.

Estado Civil: Solteiro, maior.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

NIF: 135315301.

QUOTA TRANSMITIDA: 250.000\$00:

Nome: Arlinda Fortes.

Estado Civil: Viúva.

Residência: Achada de Santo António, Cidade da Praia.

NIF: 109486196.

CESSÃO DE QUOTAS:**CEDENTE:**

Nome: Cláudio Ramos Duarte.

Estado Civil: Divorciado.

Residência: Achada de Santo António, Cidade da Praia.

NIF: 137004214.

QUOTA TRANSMITIDA: 1.000.000\$00.**CESSIONÁRIA:**

Nome: Marvela Mendes de Andrade Rodrigues.

Estado Civil: Divorciada.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

NIF: 134144880.

CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DE MEMBRO DE ÓRGÃO SOCIAL:**GERÊNCIA:**

Nome: Alfredo Mendes De Andrade Rodrigues.

Cargo: Gerente.

ARTIGO ALTERADO: 4.º e 12.º.**TERMOS DA ALTERAÇÃO:****SÓCIOS E QUOTAS:****CAPITAL:** 10.000.000\$00**QUOTA:** 750.000\$00.

Titular: Katya Cardoso Rodrigues Barbosa Vicente.

QUOTA: 750.000\$00.

Titular: Leila Cardoso Rodrigues.

QUOTA: 750.000\$00.

Titular: Edilton Cardoso Rodrigues.

QUOTA: 750.000\$00.

Titular: Rogério Fortes Rodrigues.

QUOTA: 250.000\$00.

Titular: Arlinda Fortes.

QUOTA: 3.250.000\$00.

Titular: Maria Teresa Garção Henrique de Paiva Silva Gomes.

QUOTA: 2.500.000\$00.

Titular: Marvela Mendes de Andrade Rodrigues.

QUOTA: 500.000\$00.

Titular: Alberto Loff Fernandes.

QUOTA: 500.000\$00.

Titular: José Mendes Andrade Rodrigues.

GERÊNCIA: Exercida pelas sócias Marvela Mendes de Andrade Rodrigues e Maria Teresa Garção Henrique de Paiva Silva Gomes

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 10 de setembro de 2018. — A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*

Extrato de publicação de sociedade nº 413/2018:

A CONSERVADORA, P/S: FLÁVIA VIEIRA FORTES

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de cessação de funções e nomeação de membro de órgão social da sociedade comercial anónima denominada “EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÉUTICOS – EMPROFAC, SA”, com sede na Cidade da Praia e o capital social de 200.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 02/1980/05/03.

CESSAÇÃO DE FUNÇÕES:

FISCAL ÚNICO:

Nome: Carlos Manuel Sim Sim Maia.

Cargo: Efectivo.

Causa: Renúncia.

Data: 16 de Janeiro de 2018.

NOMEAÇÃO.

FISCAL ÚNICO:

Nome: João Marcos Alves Mendes, em representação da AUDITEC, Lda-Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Cargo: Efectivo.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 2 de agosto de 2018. — A Conservadora, *p/s, Flávia Vieira Fortes*

Extrato de publicação de sociedade nº 414/2018:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial por quotas, nos termos seguintes:

FIRMA: “TRUEWILL NEW ENERGY TECH CABO VERDE CO, LDA”.

SEDE: Palmarejo, Cidade da Praia.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: *a)* Produtos de energias renováveis; *b)* desenvolvimento de tecnologia; *c)* consultoria de tecnologia; *d)* Transferência de tecnologia de produtos solares; *e)* Desenvolvimento, design, instalação de equipamentos de proteção e segurança; *f)* Desenvolvimento de produtos de software; *g)* Desenvolvimento e transferência de tecnologia, consultoria técnica de hardware e software, serviços integrados de sistemas informáticos; *h)* Produtos electrónicos (excluindo publicações electrónicas); *i)* Instrumentos e contadores, equipamento de monitorização, equipamento e acessórios electromecânicos, equipamento e soluções de hardware e eléctrico, bateria e acessórios, conjuntos completos e equipamentos de alta e baixa tensão; *j)* Equipamentos e acessórios para energia solar, materiais de construção e decoração (excluindo produtos químicos perigosos); *k)* Artigos desportivos, vendas de artigos de artes e ofícios; *l)* Serviços de etiqueta; *m)* Consultoria de gestão empresarial; *n)* Importação e exportação de bens e tecnologia, aluguer de equipamentos mecânicos (o escopo de negócios acima está sujeito à aprovação de acordo com a lei e operação a atividade pode ser realizada após aprovação dos departamentos relevantes.

CAPITAL: 100.000\$00 (cem mil escudos), totalmente subscrito e realizado em dinheiro.

SÓCIOS/QUOTAS:

QUOTA: 90.000\$00 (noventa mil escudos).

Titular: CHONGQING TRUEWILL NEW ENERGY TECH. CO. LTD.

Sede: China.

NIF: 577249509.

QUOTA: 10.000\$00 (dez mil escudos).

Titular: Renjie Ma.

Estado civil: Casado com Denise Felicetti Ma, no regime de comunhão geral de bens.

Residência: Cidade da Praia.

NIF: 168719800.

FORMA DE OBRIGAR: A sociedade obriga-se em todos os actos e contratos com a assinatura do gerente ou de um procurador devidamente mandatado.

GERÊNCIA:

Nome: Renjie Ma.

Cargo: Gerente.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 6 de setembro de 2018. — A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*

Extrato de publicação de associação nº 415/2018:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea *b)* do número 1 do artigo 9.º, da Lei número 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ASOSIASON KOLUNBÓFILU DI PRAIA – AKP”, com sede no Plateau, Cidade da Praia, de duração indeterminada, com o patrinimo inicial de dezassete mil, trezentos e cinco escudos, tendo por finalidade principal o fomento e a prática continuada de atividades desportivas ligadas ao desenvolvimento da columbófilia.

ÓRGÃOS:

DIREÇÃO:

Presidente: António João Silveira Melício Pires.

Secretário: Octávio César Silveira Melício Pires.

Tesoureiro: Gerson Manuel Spencer Lopes Lima Monteiro.

CONSELHO FISCAL:

Presidente: Sidónio Lenivelt Spencer Fontes Lima Monteiro.

Secretária: Suzete de Fátima Rodrigues Rosa Spencer Lopes.

Vogal: Alexander Barros dos Santos.

CONSELHO TÉCNICO:

Presidente: Octávio César Silveira Melício Pires.

Secretário: António João Silveira Melício Pires.

Vogal: Gerson Manuel Spencer Lopes Lima Monteiro.

Duração do mandato: 02 (dois) anos.

VINCULAÇÃO: A associação é representada em Juízo ou fora dele, perante terceiros, pelo presidente da direção ou delegado seu.

As contas bancárias serão movimentadas mediante as assinaturas obrigatórias do presidente da direção e do tesoureiro.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 26 de abril de 2017. — A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*

—o\$—

TRANSCOR - SV, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Convocatória nº 10/2018

Nos termos da Lei e ao abrigo do disposto nos artigos 14º ponto 1, alíneas *c)* e *k)*, e artigo 16º pontos 1 e 2 dos Estatutos da Sociedade, são convocados todos os accionistas para uma assembleia geral ordinária no próximo dia 20 de outubro de 2018, sábado pelas 18:00 na sala de conferência do MindelHotel, com os pontos de ordem de trabalho:

- Discussão e aprovação do Plano anual de actividades e o orçamento para o ano económico de 2019;
- Ratificação da decisão de compra de 2 autocarros Yutong de 7,9 metros.

Mesa da Assembleia Geral de TRANSCOR - SV, S.A., São Vicente, aos 19 de setembro de 2018. — A Presidente da Mesa da Assembleia, *Ángela Maria Ganeto de Deus*



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.